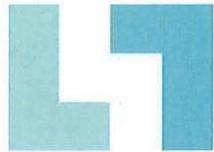


cel.  
F. Gaspar



**LEZÍRIA DO TEJO**  
comunidade  
intermunicipal

Assembleia Intermunicipal

Mandato 2021-2025

Sessão n.º 03/2022

20 de outubro de 2022

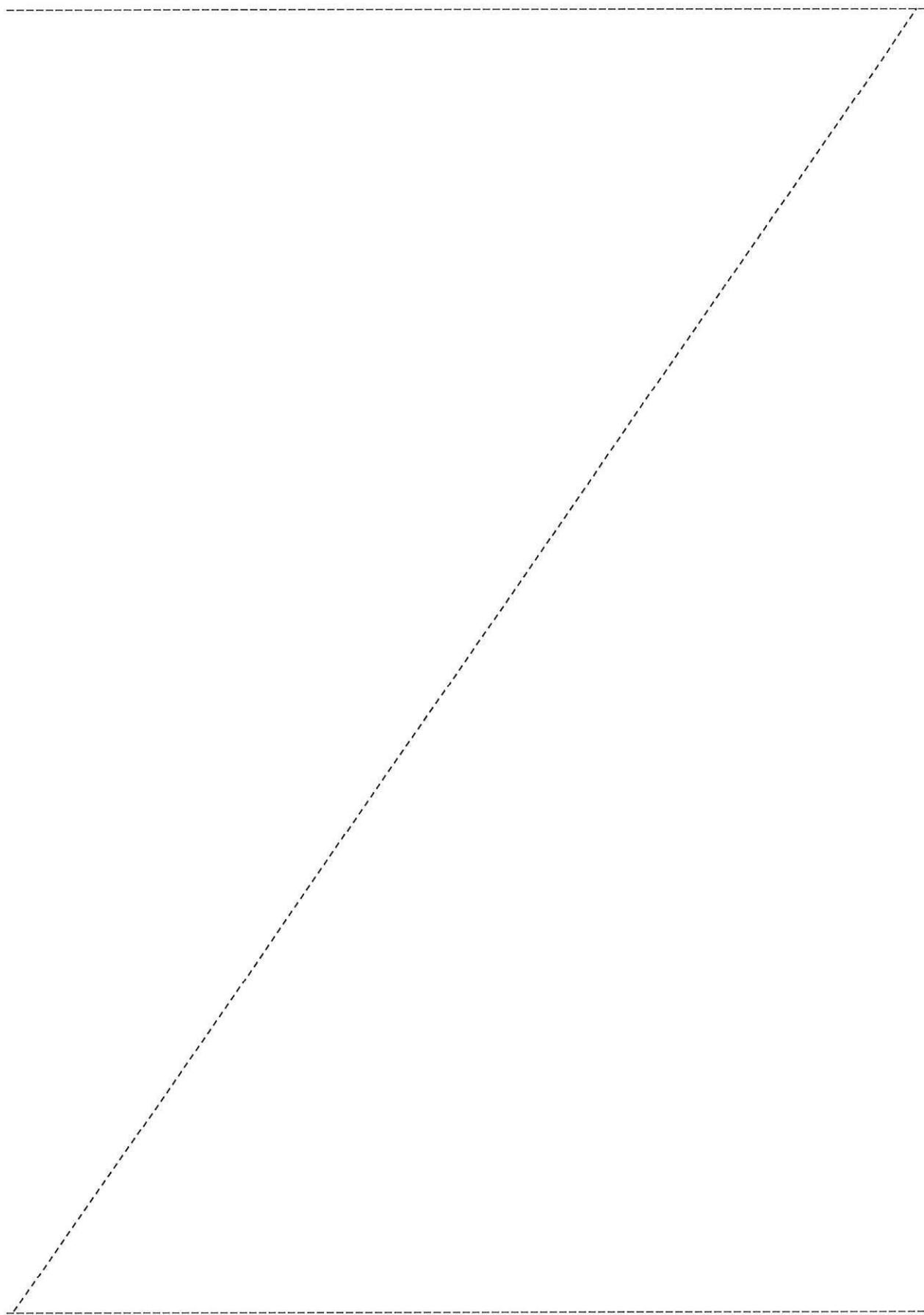
Sessão Extraordinária

Início da sessão  
21h10 horas

Términus da sessão  
22h00 horas

Presidente da Mesa: Francisco Caneira Madelino  
Vice-Presidente da Mesa: Francisco Artur Gomes Gaspar  
Secretário da Mesa: Dina Maria Gomes Rocha

D.09  
F. Gaspar



**ATA N.º 03**

--- Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, no Cineteatro de Almeirim, nos termos do estabelecido no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada nos termos da alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Extraordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e dez minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: Eurico Manuel Lopes Henriques, Gustavo Gaudêncio da Costa, Mariana da Silva Salgado (em substituição de Helena Maria Martinho Lopes Cláudio), Sónia Isabel Campos da Silva Colaço, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, João Pedro Antunes Osório, António José da Fonseca Nobre, Nelson Caetano Rodrigues, Armando Jorge Adrião Calixto, Mário Jorge Campos Pereira, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, António José Rabaça Silva Ribeiro, Mário Rui Filipe Santos, Sérgio Pedro Mendes Mesquita Lopes, José Augusto Santos de Jesus, Maria De La Salette Da Conceição Marques Cêra, Pedro Miguel Martins Braz, Berta Alexandra Teixeira Lopes dos Santos, André Filipe Galvão Charrua (em substituição de Mara Lúcia Lagriminha Coelho), Francisco Artur Gomes Gaspar, Rui Manuel Narciso Maltez, Daniel Teodoro Catarino Romão, Cristina Maria Carrilho Ferreira (em substituição de Tiago Filipe Francisco Santos), Filipe Montez Coelho Madeira, Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, Carlos Jorge Coelho Neto, Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Alfredo José Carvalho Henriques da Silva, Dina Maria Gomes Rocha e Carla Patrícia Lopes Neto.-----

--- Faltaram à sessão Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, Augusto Gonçalves Parreira, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Luís Alberto Ferreira, Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório, Luís Gabriel Rodrigues Pereira (em substituição de Nuno Miguel Ferreira Monteiro), Luís Manuel da Graça Batista e Filipe Frade Brígida. Apresentaram justificação de ausência Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório e Luís Gabriel Rodrigues Pereira.-----

--- A lista de presenças consta dos documentos anexos à presente ata. -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----

**Ordem do Dia:**-----

--- 1: Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2021;-----

--- 2: Apreciação e votação de proposta de segunda revisão ao orçamento para 2022 e grandes opções

do plano 2022-2027, e de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista em grandes opções do plano agora revistas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, informando que deveria tomar posse Sofia Alexandre Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, eleita pelo CDS-PP.-----

--- Procedeu-se à tomada de posse da senhora Deputada Sofia Alexandre Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, eleita pelo CDS-PP.-----

--- Passou-se de seguida ao **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2021.**-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (CDU)**, justificando o sentido de voto que a CDU iria tomar no referido ponto. Prosseguiu dizendo que a CIMLT tinha uma participação de 1,77% na empresa Município. De acordo com a certificação legal de contas, não era apontada nenhuma irregularidade. No entanto, a CDU iria manter o mesmo sentido de voto que tinha tido aquando da apreciação e votação das contas da CIMLT, relativamente a 2021.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, referindo que gostaria de perceber melhor a participação da CIMLT na empresa Município. Questionou qual era o interesse da CIMLT em manter esta participação de 1,77% no capital social da empresa e se era importante para a sua atividade normal. Pretendeu saber também que outros acionistas, maiores naturalmente, tinha a empresa, que estava a consolidar nas contas da CIMLT o seu exercício.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que a CIMLT já estava na empresa Município há cerca de 20 anos. Explicou que a CIMLT já tinha tentado vender a sua parte e ninguém quis comprar. Prosseguiu dizendo que a Município tinha feito um conjunto de trabalhos ligados aos municípios. A participação da CIMLT já tinha feito mais sentido noutros tempos, mas como ninguém quis comprar a posição da CIMLT, a Comunidade ali tinha continuado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, mencionado que a parceria com a Município resultava de um projeto que a CIMLT tinha tido há cerca de 20 anos - o Ribatejo Digital. Na altura, em termos de Sistemas de Informação Geográfica e de Cartografia, a CIMLT tinha aproveitado bastante em termos de descontos, na elaboração da cartografia 10.000, 2.000, mapas de ruído, mapas de cheias, etc. Assim, a CIMLT tinha vindo a trabalhar algumas vezes com a Município. Referiu também que, há pouco tempo,

tinha havido reuniões no sentido da CIMLT provavelmente aproveitar um Acordo Quadro que a Município tinha, para um projeto que a CIMLT pretendia lançar e decidir nos próximos seis meses. O senhor Primeiro-Secretário explicou ainda que a Município era uma empresa cujo acionista maioritário era a Câmara Municipal de Oeiras. Depois, não era só a CIMLT que era acionista. Havia outras Câmaras da Lezíria do Tejo que também eram acionistas, bem como Câmaras fora da Lezíria. Portanto, na área da Cartografia e dos Sistemas de Informação Geográfica, a parceria eram relevante com esta empresa, obtendo a CIMLT os descontos por ser sócia.

--- Submetidos à votação os **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2021**, os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA**, com a seguinte votação:

--- Votos a favor: 24 (PS, PSD, CDS-PP, Bloco de Esquerda e Movimento 2021 É O ANO);

--- Abstenções: 5 (CDU).

--- Passou-se de seguida ao **Segundo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de proposta de segunda revisão ao orçamento para 2022 e grandes opções do plano 2022-2027, e de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista em grandes opções do plano agora revistas.**

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (CDU)**, explicando que a CDU gostaria de ter alguns esclarecimentos e deixar algumas considerações. Relativamente ao reescalamento do programa 001, era referido que a ação mais relevante era o aluguer de uma viatura. A senhora Deputada questionou para que fim se destinava este aluguer de viatura. Referiu ainda que a CDU compreendia o reajustamento do programa 003, no âmbito da Energia, bem como a necessidade e a importância nos dias de hoje de nos tornarmos cada vez mais eficientes a nível energético. Disse que a CDU acompanhava esta preocupação e necessidade. Relativamente ao programa 001, sobre os Estudos e as Cartas Temáticas, referiu que a CDU poderia ter algumas reservas na forma como o processo era feito. Relativamente à elaboração, a CDU entendia que as Cartas Temáticas deviam ser elaboradas ao nível municipal.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, solicitando que lhe explicassem, relativamente ao ponto sobre o aluguer de viatura, os fins a que se destinava e porque é que o carácter plurianual não tinha sido feito antes. O senhor Deputado quis também felicitar a CIMLT pela aprovação de um projeto, que disse achar essencial, que era o de reduzir o consumo energético e promover a eficiência. A aprovação deste projeto traria benefícios para os municípios associados. Relativamente ao último ponto, sobre os Estudos, o senhor Deputado quis compreender que estudos estavam previstos neste carácter plurianual e qual era a necessidade de se proceder à alteração agora. Questionou se o estudo não poderia ter sido previsto na elaboração do Orçamento.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, começando por mencionar o plano de promoção de eficiência no consumo de energia, que tinha com certeza como fito a redução dos custos energéticos, para além de tudo o que era benéfico em termos de ambiente, e questionando como estava o Conselho Intermunicipal da CIMLT a acompanhar a questão do aumento dos custos de energia, que era uma questão transversal a todos. Quis perceber se existia preocupação no Conselho Intermunicipal e nos municípios quanto a esta matéria, nomeadamente porque recentemente a Associação Nacional de Municípios tinha defendido, e ia levar o assunto junto do Governo, uma proposta para redução de 5% do IVA da eletricidade. Neste sentido, pretendeu perceber qual era a posição do Conselho Intermunicipal nesta matéria. Terminou a sua intervenção dizendo perceber que uma das consequências desta intervenção seria certamente reduzir custos, mas eles por outro lado estavam a aumentar.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que a viatura se tratava de uma viatura elétrica. Nesta senda da descarbonização, a CIMLT tinha entendido que também devia continuar a dar o exemplo. No que dizia respeito às Cartas Temáticas, referiu que o entendimento do Conselho Intermunicipal era que não fossem municipais. Prosseguiu dizendo que as várias Câmaras obviamente que acompanhavam a elaboração das várias Cartas, mas se cada vez mais se almejava que houvesse políticas intermunicipais de coordenação e de mais-valia, num conjunto de áreas, então fazia todo o sentido “pensar global e agir local”. Era isso que estavam a fazer, além de que, em termos de custos, fazer para onze era diferente de onze fazerem separadamente. Lembrou que esta era a posição da CIMLT ao longo dos tempos. Considerou que a CIMLT estava a dar-se bem com isso, porque tinha conseguido, além das especificidades de cada Concelho, ter uma visão global, que cada vez era mais importante. No que toca aos Orçamentos, o senhor Presidente explicou que aquilo que se previa às vezes era um bocadinho futurologia. Ninguém tinha previsto a pandemia, nem a guerra. Portanto, havia coisas que iam necessitando de ajustes. Em relação à Energia, referiu que estavam naturalmente todos preocupados, mas lembrou que ao longo dos tempos tinham dado um conjunto de passos. O exemplo mais flagrante era o facto da CIMLT ter sido a Comunidade Intermunicipal que mais tinha investido na Eficiência Energética, no Quadro Comunitário que estava a terminar. A título de exemplo, fez um Acordo Quadro de quase 10 milhões de Euros, para a mudança de 90 mil luminárias na Lezíria, com grandes poupanças por ano em todos os municípios e menos emissão de CO2. Além disso, tinha vindo a ter um conjunto de programas no âmbito da eficiência dos edifícios. Lembrou ainda que a CIMLT tinha no momento um preço global de energia, de 6 cêntimos e meio, conseguido através de Concurso a nível intermunicipal, e o contrato estava a acabar. Estavam por isso no momento a discutir várias hipóteses, mas os novos valores podiam chegar a três vezes mais ou quatro vezes mais. Os municípios em conjunto estavam a

tentar perceber como iriam proceder. No mercado do gás, os preços que iam tendo eram muito mais altos, em relação à energia. Portanto, tiveram um Conselho Intermunicipal extraordinário, no sentido de perceberem o que é que iam fazer no conjunto, para responder às situações que afetavam naturalmente todos. O senhor Presidente prosseguiu dizendo que iriam lançar logo que possível um Acordo Quadro para a aquisição daquilo que faltava, para poderem mudar todas as lâmpadas para LED. Estavam também a preparar um Acordo Quadro para a questão dos fotovoltaicos. Estavam ainda num conjunto de iniciativas para perceberem como é que podiam ser articuladas as comunidades de energia, que eram formas de aproveitar aquilo que eram os excessos de produção que aconteciam em determinados dias e que depois não eram consumidos nesse momento. Portanto, a CIMLT tinha vindo a fazer um trabalho ao longo dos últimos anos, que tinha vindo a dar resultados. Obviamente que podiam sempre fazer mais. O senhor Presidente disse considerar que, nesta matéria, o País tinha estado à frente no seu tempo e a CIMLT tinha estado claramente a liderar enquanto Comunidade. Em relação ao IVA, o senhor Presidente referiu que o Governo já tinha dito que no IVA não mexia e, portanto, a CIMLT teria de encontrar outras soluções que, na sua opinião, seriam duas: criar condições para a produção de energia, nomeadamente através do autoconsumo e dos fotovoltaicos; e criar condições para que se pudesse reduzir consumos, nomeadamente com a troca das lâmpadas, e sobretudo com um conjunto de outros hábitos que todos teriam que ter em atenção. Terminou a sua intervenção dizendo que, tal como tinha ficado assente no último Conselho Intermunicipal, os municípios da Lezíria iriam aderir a todas as medidas que o Governo iria tomar para a Administração Central, e todos tinham de pensar que teriam de mudar hábitos. O tempo em que tudo ficava ligado e se que se achava que se podia consumir à vontade, isso claramente tinha terminado e era por aí que teríamos de ir.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, começando por referir que, no que tocava ao aluguer da viatura, tratava-se da viatura que ele mesmo utilizava. Como tinham a contratualização dos fundos comunitários e o sistema de incentivos às empresas, por parte da CCDR Alentejo, a viatura era alugada e era comparticipada em 85% pela Assistência Técnica. Prosseguiu dizendo que não estava prevista a plurianualidade porque estavam à espera de um carro elétrico há cerca de 7 ou 8 meses. Portanto, iam ter de prolongar o aluguer para o ano seguinte. Estava em regime de aluguer, para que fosse comparticipado pelos fundos comunitários, ao abrigo da Assistência Técnica, poupando desta forma 85% do valor da viatura à CIMLT. O senhor Primeiro-Secretário prosseguiu lembrando que tinham introduzido o projeto PPEC, que só tinha sido aprovado poucos meses antes, com 400 mil euros de investimento. Estavam também a preparar, para além disso, aquilo que não ia no âmbito do PPEC. Iam começar a preparar um Acordo Quadro, para efeitos do próximo período de programação, ou para os Presidentes de Câmara que quisessem fazer o investimento sem comparticipação avançarem também.

No que dizia respeito às Cartas Temáticas, o senhor Primeiro-Secretário explicou que esta era uma candidatura conjunta que tinham com a CCDR Alentejo, estando-se a elaborar a revisão das Cartas Educativas e das Cartas Sociais. Pela primeira vez, sendo a CIMLT uma das primeiras Comunidades, estavam também a elaborar uma Carta de Saúde e a elaborar um estudo sobre a mitigação dos impactos da descentralização de competências nos municípios. Lembrou que a descentralização de competências aumentava de certa maneira os custos, não só em termos financeiros, como em termos de recursos humanos, quer nas Câmaras Municipais, quer na CIMLT. Por seu lado, elaborar a revisão de onze Cartas Educativas, na vez de uma por município, tinha efeitos de economias de escala. Recordou a primeira vez que a CIMLT tinha elaborado as Cartas Educativas da Lezíria do Tejo, com um investimento total de 15 mil contos. E o Governo tinha participado. No momento atual, o produto a contratar seria onze Cartas Educativas, onze Cartas Sociais, embora com capítulos de cariz intermunicipal. O senhor Primeiro-Secretário explicou ainda que havia determinados equipamentos que não se podiam proliferar. Não havia necessidade de ter determinados equipamentos em todos os municípios, sobretudo ao nível social. No que tocava à Carta da Saúde, esta não era uma carta municipal, mas sim de cariz intermunicipal, com onze capítulos, no sentido de fazer um diagnóstico do que se passava em cada um dos concelhos, valências, pontos fortes, pontos fracos, o que faltava em termos de equipamentos e de recursos humanos, mas também com uma forte componente de cariz intermunicipal. A elaboração das Cartas levava o seu tempo, o Programa Operacional permitia que fosse concluída até meados de 2023, sendo assim possível a plurianualidade da situação.

--- Submetida à votação a **Segunda revisão ao orçamento para 2022 e grandes opções do plano 2022-2027, e de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista em grandes opções do plano agora revistas**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:

--- Votos a favor: 27 (PS, PSD, CDS-PP, Bloco de Esquerda e Movimento 2021 É O ANO);

--- Abstenções: 5 (CDU).

--- De seguida foram lidas pela senhora **Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, as minutas das votações dos pontos constantes na Ordem do Dia, tendo sido todas as Minutas **APROVADAS POR UNANIMIDADE**.

--- Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.

**Sessão Extraordinária de 20 de outubro de 2022**

O PRESIDENTE DA MESA

*Francisco Zimafre*

---

O VICE-PRESIDENTE DA MESA

*Francisco Antunes Gomes Barros*

---

A SECRETÁRIA DA MESA

*Dina Rêde*

---

